

## O PAPEL DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS

### THE ROLE OF LIBRAS INTERPRETERS IN THE LEARNING PROCESS OF DEAF STUDENTS

### EL PAPEL DE LOS INTÉRPRETES DE LIBRAS EN EL PROCESO DE APRENDIZAJE DE ESTUDIANTES SORDOS

Ariane Talitha Camilo Ramires<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esse artigo buscou analisar o papel dos intérpretes de Libras no processo de aprendizagem de alunos surdos, enfatizando sua relevância para a efetivação da educação inclusiva. O estudo, de caráter qualitativo e bibliográfico, foi realizado a partir da análise de legislações, documentos oficiais e produções científicas que discutem a educação de surdos, a Libras e a formação e atuação dos intérpretes no espaço escolar. Os resultados mostraram que a presença do intérprete garante acessibilidade linguística e contribui para a construção de um ambiente escolar mais democrático, possibilitando a participação efetiva dos estudantes surdos no processo educativo. Também foi identificado que a atuação desse profissional vai além da tradução literal, exigindo sensibilidade cultural e pedagógica, além de colaboração com professores e gestores escolares. Entretanto, desafios como a sobrecarga de trabalho, a falta de regulamentação clara e a insuficiência de programas de formação continuada ainda limitam a efetividade da prática. Conclui-se que a valorização e a qualificação dos intérpretes são condições indispensáveis para assegurar o direito à aprendizagem dos alunos surdos, fortalecendo sua autonomia, identidade cultural e cidadania.

1042

**Palavras-chave:** Libras. Intérprete educacional. Educação inclusiva.

**ABSTRACT:** This article aimed to analyze the role of Libras interpreters in the learning process of deaf students, emphasizing their relevance to the implementation of inclusive education. The study, of a qualitative and bibliographic nature, was carried out based on the analysis of legislation, official documents, and scientific works that discuss deaf education, Libras, and the training and performance of interpreters in the school context. The results showed that the presence of interpreters ensures linguistic accessibility and contributes to building a more democratic school environment, enabling the effective participation of deaf students in the educational process. It was also identified that the work of these professionals goes beyond literal translation, requiring cultural and pedagogical sensitivity, as well as collaboration with teachers and school managers. However, challenges such as work overload, lack of clear regulation, and insufficient continuing education programs still limit the effectiveness of their practice. It is concluded that valuing and qualifying interpreters are essential conditions to ensure the right to learning for deaf students, strengthening their autonomy, cultural identity, and citizenship.

**Keywords:** Libras. Educational interpreter. Inclusive education.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação, Universidade: Uneatlântico.

## INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes surdos no sistema educacional brasileiro representa um dos maiores avanços no campo das políticas públicas de educação e de direitos humanos. O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentado pelo Decreto nº 5.626/2005 trouxe novos desafios para as instituições escolares, entre eles a garantia de profissionais capacitados para mediar o processo de ensino e aprendizagem. Nesse cenário, o intérprete de Libras assume papel fundamental, atuando como ponte entre o estudante surdo, os professores ouvintes e os colegas, assegurando o direito de acesso ao conhecimento e à participação efetiva no ambiente escolar (BRASIL, 2005).

O trabalho dos intérpretes de Libras não se restringe à simples tradução de conteúdos, mas envolve a mediação cultural e pedagógica. Quadros e Karnopp (2004) destacam que a Libras é uma língua de modalidade visuo-espacial, com gramática própria, e sua interpretação exige compreensão profunda das especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda. Assim, a atuação do intérprete ultrapassa a dimensão linguística, implicando sensibilidade para adaptar conceitos, respeitar contextos e favorecer a interação entre diferentes sujeitos no processo educativo.

Outro aspecto relevante refere-se ao desafio de assegurar a formação adequada dos intérpretes para o ambiente escolar. Pesquisas evidenciam que, muitas vezes, esses profissionais enfrentam limitações decorrentes de formação insuficiente ou da ausência de políticas consistentes de capacitação continuada. Para Lacerda (2010), a presença do intérprete em sala de aula é condição necessária, mas não suficiente, para garantir a aprendizagem; é preciso que ele esteja preparado para lidar com a diversidade de situações comunicativas e com a complexidade da mediação pedagógica.

Além disso, a discussão sobre o papel do intérprete de Libras precisa ser articulada à perspectiva da educação inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) reforça que a inclusão de estudantes surdos deve estar associada a práticas pedagógicas que respeitem as singularidades linguísticas e culturais, integrando o intérprete como parte da equipe pedagógica. Isso implica reconhecer sua importância não apenas como tradutor, mas como agente que contribui ativamente para o desenvolvimento da autonomia e da cidadania dos alunos surdos.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar o papel dos intérpretes de Libras no processo de aprendizagem de alunos surdos, destacando seus desafios, potencialidades e contribuições no âmbito da educação inclusiva. A reflexão busca compreender como esses profissionais podem favorecer a efetivação do direito à educação de qualidade, promovendo a equidade no acesso ao conhecimento e fortalecendo a inclusão social dos estudantes surdos no ambiente escolar.

## MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, voltada à análise do papel desempenhado pelos intérpretes de Libras no processo de aprendizagem de alunos surdos. A escolha por essa abordagem deve-se ao fato de que, conforme Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite investigar, interpretar e discutir conhecimentos já sistematizados em livros, artigos e documentos oficiais, favorecendo a compreensão crítica de determinado fenômeno educacional. Assim, a opção metodológica possibilitou reunir contribuições de diferentes autores e legislações que fundamentam a prática inclusiva e o trabalho do intérprete no contexto escolar.

O levantamento do material foi realizado em obras de referência sobre Libras, educação de surdos, políticas públicas e inclusão escolar, além de artigos científicos indexados em bases digitais como SciELO e Google Acadêmico. Foram priorizadas publicações dos últimos quinze anos, sem deixar de contemplar documentos legais e autores clássicos, como Quadros e Karnopp (2004), cuja contribuição é essencial para o entendimento da estrutura linguística da Libras e do papel cultural do intérprete. De acordo com Marconi e Lakatos (2021), a combinação de referências atuais com marcos teóricos consolidados confere maior rigor científico à análise.

A seleção dos materiais obedeceu a três eixos temáticos principais: a) a legislação e as políticas públicas relacionadas à Libras e à inclusão escolar; b) a formação e a atuação dos intérpretes de Libras no contexto educacional; e c) os impactos dessa mediação linguística no processo de aprendizagem de alunos surdos. Essa organização foi inspirada nos procedimentos da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitindo categorizar as informações e sistematizar as contribuições da literatura para o objeto investigado.

Por se tratar de uma investigação de caráter bibliográfico, não houve coleta de dados em campo, mas sim análise documental e teórica. A interpretação dos textos considerou tanto as orientações legais quanto os estudos acadêmicos que refletem sobre a prática do intérprete em

sala de aula. Segundo Severino (2018), esse tipo de pesquisa é fundamental para oferecer base conceitual sólida e orientar futuras investigações que envolvam observações empíricas ou estudos de caso. Dessa forma, a metodologia adotada buscou garantir consistência, coerência e relevância às reflexões propostas neste trabalho.

Em síntese, a estratégia metodológica utilizada permitiu reunir diferentes perspectivas sobre a atuação dos intérpretes de Libras, favorecendo a construção de uma análise crítica sobre sua importância no processo de inclusão e no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos surdos. A pesquisa bibliográfica, portanto, mostrou-se um caminho adequado para consolidar um referencial capaz de iluminar tanto os desafios quanto as potencialidades desse trabalho no ambiente educacional inclusivo.

## RESULTADOS

Os resultados mostraram que a presença do intérprete de Libras é uma condição essencial para que o aluno surdo tenha acesso ao currículo escolar de maneira equitativa. A literatura reforça que a mediação realizada por esse profissional garante a compreensão das aulas e possibilita a participação efetiva dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem (Lacerda, 2010). Essa constatação evidencia que a escola inclusiva precisa assumir o intérprete como figura pedagógica indispensável, e não apenas como recurso auxiliar.

1045

Outro resultado relevante diz respeito à função do intérprete como mediador cultural. Quadros e Karnopp (2004) destacam que a Libras é uma língua com estrutura gramatical própria, de natureza visual-espacial, que carrega marcas da identidade e da cultura surda. Ao traduzir conteúdos da Língua Portuguesa para Libras, o intérprete não atua apenas como tradutor literal, mas adapta conceitos, metáforas e significados para torná-los compreensíveis, assegurando a acessibilidade linguística.

Os estudos também evidenciaram que a atuação do intérprete não substitui a responsabilidade pedagógica do professor. Brasil (2008), na Política Nacional de Educação Especial, reforça que o intérprete deve ser parte da equipe pedagógica, mas o planejamento das aulas e as estratégias de ensino continuam sendo responsabilidade do docente. Essa delimitação de funções é fundamental para evitar equívocos que deleguem ao intérprete papéis que não lhe cabem, como o de ensinar diretamente os conteúdos.

Outro ponto identificado refere-se à sobrecarga enfrentada por intérpretes em contextos escolares. Lacerda (2010) observa que, muitas vezes, esses profissionais acompanham várias

turmas, em diferentes níveis de ensino, o que dificulta a qualidade da mediação. A literatura aponta que a sobrecarga compromete a concentração e a clareza da interpretação, impactando diretamente na aprendizagem dos alunos surdos.

Os resultados também mostraram que a formação inicial e continuada dos intérpretes é um aspecto crítico. Embora existam cursos superiores de Letras-Libras e programas de capacitação, ainda há carência de formação específica voltada ao contexto escolar. Para Reily (2008), a atuação em sala de aula exige competências pedagógicas adicionais, como a compreensão dos conteúdos curriculares e a adaptação de conceitos complexos à Libras.

Outro achado foi a constatação de que a presença do intérprete favorece não apenas os alunos surdos, mas também os ouvintes. Segundo Lodi (2013), o contato com a Libras no ambiente escolar amplia a percepção da diversidade linguística e contribui para a construção de atitudes mais inclusivas entre os colegas. Assim, o intérprete atua como agente de transformação cultural na escola, promovendo uma convivência mais democrática.

A análise revelou ainda que a falta de preparo das escolas para integrar o trabalho do intérprete é um obstáculo recorrente. Muitas vezes, os professores não sabem como colaborar com o profissional, deixando-o isolado no processo pedagógico. Lacerda (2009) ressalta que a parceria entre docente e intérprete é condição indispensável para o sucesso da inclusão, pois garante a articulação entre planejamento, ensino e tradução.

1046

Os resultados também indicaram que a atuação do intérprete precisa considerar as especificidades da disciplina. Em áreas como Matemática e Ciências, a interpretação envolve não apenas tradução de termos técnicos, mas também a criação de estratégias visuais e conceituais para tornar os conteúdos acessíveis. Quadros (2004) observa que essa complexidade exige preparo constante e colaboração com os professores dessas áreas.

Outro ponto importante identificado foi a necessidade de se respeitar o tempo cognitivo do aluno surdo. A interpretação simultânea nem sempre permite a mesma rapidez na compreensão, o que demanda ajustes no ritmo das aulas. De acordo com Brasil (2005), o professor deve adaptar sua metodologia para favorecer a acessibilidade, o que inclui pausas, uso de materiais visuais e tempo adicional para discussão dos conteúdos.

Os estudos também apontaram que o intérprete desempenha papel importante na construção da autonomia do aluno surdo. Ao facilitar o acesso às informações, o profissional contribui para que os estudantes desenvolvam competências acadêmicas e sociais de forma

mais plena. Segundo Strobel (2008), a acessibilidade linguística é condição básica para o fortalecimento da identidade surda e para a ampliação da participação social.

Outro resultado observado foi que a presença do intérprete não elimina os desafios relacionados ao domínio da Língua Portuguesa escrita pelos surdos. Lodi (2013) lembra que a escrita em português constitui segunda língua para esses estudantes, e o trabalho pedagógico precisa contemplar estratégias específicas de ensino. Assim, a interpretação em Libras garante acesso imediato ao conteúdo oral, mas não substitui o ensino sistemático da língua escrita.

Os resultados ainda mostraram que há uma lacuna significativa na regulamentação da atuação dos intérpretes em muitas redes de ensino. Embora existam leis nacionais que asseguram esse direito, sua efetivação depende de políticas locais que garantam condições de trabalho, carga horária adequada e remuneração justa. Essa ausência de regulamentação fragiliza a prática e compromete a continuidade do serviço prestado.

Outro achado foi que a presença do intérprete favorece o desenvolvimento da autoestima e da motivação dos alunos surdos. Ao perceberem que podem acompanhar as aulas em igualdade com os colegas ouvintes, os estudantes se sentem valorizados e incluídos. Esse efeito subjetivo tem impacto positivo não apenas na aprendizagem, mas também na permanência e no engajamento escolar.

1047

A literatura também destacou que os intérpretes enfrentam dilemas éticos no exercício de sua função. Muitas vezes, precisam decidir o que interpretar e como interpretar, especialmente em situações em que a literalidade pode gerar incompreensão. Segundo Quadros e Karnopp (2004), a interpretação envolve escolhas que exigem responsabilidade ética, sempre orientadas pelo compromisso de favorecer a compreensão do aluno.

Os resultados revelaram ainda que a formação conjunta entre professores e intérpretes pode potencializar a inclusão. Projetos de formação continuada que envolvem ambos os profissionais possibilitam maior integração, reduzindo as barreiras comunicativas e pedagógicas. Para Lacerda (2009), essa colaboração fortalece o papel do intérprete como parceiro pedagógico, e não como figura isolada.

Outro ponto evidenciado foi que os intérpretes também são agentes de inclusão social. Ao tornar a comunicação acessível, contribuem para que os alunos surdos participem de atividades extracurriculares, eventos escolares e interações cotidianas. Essa atuação amplia a experiência escolar dos estudantes e fortalece sua presença na comunidade educativa.

Os estudos mostraram ainda que, em muitas situações, os intérpretes assumem funções que extrapolam sua atribuição original. Além de mediar conteúdos, acabam apoiando os alunos em atividades de organização e relacionamento. Embora isso demonstre compromisso com a inclusão, também revela a necessidade de clareza nos papéis e de apoio institucional.

Outro achado foi a percepção de que a atuação do intérprete é mais efetiva quando há políticas de acessibilidade que envolvem toda a escola. Iniciativas que promovem o aprendizado básico da Libras entre os professores e colegas ouvintes fortalecem a comunicação e reduzem a dependência exclusiva do intérprete. Essa perspectiva amplia a inclusão e promove maior autonomia para os alunos surdos.

Os resultados apontaram, ainda, para a importância da valorização profissional dos intérpretes. A ausência de condições adequadas de trabalho, remuneração justa e reconhecimento institucional afeta não apenas a motivação do profissional, mas também a qualidade da mediação que oferece. Valorizar o intérprete significa, portanto, valorizar a inclusão e a aprendizagem dos alunos surdos.

Por fim, os resultados mostraram que o papel do intérprete de Libras vai muito além da tradução: ele é mediador cultural, agente pedagógico e facilitador da inclusão. Sua atuação, quando bem estruturada, contribui para que os alunos surdos tenham acesso pleno ao currículo, desenvolvam autonomia e fortaleçam sua identidade cultural. A literatura analisada reforça que investir na formação e na valorização desses profissionais é investir na democratização da educação.

1048

## DISCUSSÃO

Os resultados obtidos reforçam que a presença do intérprete de Libras em sala de aula é uma das principais condições para a efetivação da inclusão de alunos surdos, mas sua atuação não pode ser vista como solução isolada. A inclusão escolar exige que toda a equipe pedagógica esteja envolvida em práticas acessíveis, e não apenas que o aluno conte com a mediação linguística. Lacerda (2010) destaca que a atuação do intérprete precisa estar integrada ao planejamento docente, de modo que não haja uma fragmentação entre o ensino e a tradução. Isso demonstra que a inclusão vai além da presença física do profissional, demandando articulação entre professor e intérprete.

Outro ponto importante discutido é a concepção da Libras como língua legítima, com estrutura gramatical própria, reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto



nº 5.626/2005. Essa legislação garante o direito do aluno surdo à acessibilidade linguística, mas os resultados mostram que ainda existem falhas na implementação prática dessa garantia. Quadros e Karnopp (2004) lembram que a Libras é uma língua de modalidade visuo-espacial, o que exige formação específica do intérprete para traduzir de forma adequada conceitos abstratos, metáforas e termos técnicos. Isso reforça a necessidade de uma política sólida de formação inicial e continuada.

A discussão também aponta que o intérprete de Libras não deve ser confundido com o professor. O papel pedagógico é do docente, que deve elaborar o planejamento, conduzir as atividades e avaliar os alunos. O intérprete atua como mediador linguístico e cultural, garantindo o acesso ao conteúdo. Essa distinção é essencial para evitar que a escola transfira ao intérprete funções que não lhe cabem, descaracterizando o trabalho docente. Brasil (2008) já havia reforçado essa delimitação ao considerar o intérprete parte da equipe pedagógica, mas não como substituto do professor.

Outro aspecto discutido é a sobrecarga enfrentada por intérpretes, muitas vezes obrigados a acompanhar diversas turmas em diferentes níveis de ensino, o que compromete a qualidade da interpretação. Esse problema reflete não apenas a falta de profissionais disponíveis, mas também a ausência de políticas locais que regulamentem adequadamente as condições de trabalho. Lodi (2013) aponta que a precarização do serviço de interpretação gera impactos diretos na aprendizagem dos surdos, já que limita a consistência e a precisão da mediação.

1049

A atuação do intérprete também traz implicações para a formação da identidade surda. Ao permitir que os alunos tenham acesso pleno ao conhecimento, esse profissional contribui para o fortalecimento da autoestima e da autonomia dos estudantes. Strobel (2008) argumenta que a acessibilidade linguística é uma das condições para que a identidade surda seja afirmada em um ambiente escolar que reconheça e valorize a diferença. Essa perspectiva coloca o intérprete não apenas como tradutor, mas como mediador de pertencimento e inclusão.

Além disso, a discussão evidencia a importância da parceria entre professores e intérpretes na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Lacerda (2009) ressalta que o trabalho colaborativo fortalece a efetividade da inclusão, uma vez que ambos os profissionais compartilham responsabilidades na mediação da aprendizagem. Isso exige formação conjunta, em que docentes e intérpretes participem de programas de capacitação que favoreçam o diálogo, a cooperação e a troca de experiências.



Outro ponto relevante é a contribuição do intérprete para a formação de uma cultura escolar mais inclusiva. O contato dos colegas ouvintes com a Libras amplia a compreensão da diversidade linguística e promove respeito às diferenças. Quadros (2004) destaca que o bilinguismo escolar, quando apoiado por políticas consistentes, beneficia não apenas os surdos, mas toda a comunidade escolar. Dessa forma, o intérprete atua como agente cultural, favorecendo práticas de convivência democrática.

A discussão também mostra que, embora a presença do intérprete seja essencial, ela não substitui a necessidade de um ensino bilíngue estruturado, que valorize tanto a Libras quanto a Língua Portuguesa escrita. Lodi (2013) defende que a escrita do português deve ser tratada como segunda língua para os surdos, o que implica metodologias específicas e não apenas a tradução simultânea. Assim, o trabalho do intérprete precisa ser complementado por políticas de ensino bilíngue que respeitem a singularidade linguística dos alunos surdos.

Outro desafio identificado é a necessidade de clareza sobre os limites da função do intérprete. Reily (2008) observa que, muitas vezes, esses profissionais assumem papéis que extrapolam sua função, como auxiliar pedagógico ou apoio administrativo, o que descaracteriza seu trabalho e aumenta a sobrecarga. É fundamental que as escolas e as redes de ensino reconheçam a especificidade da profissão, valorizem seu papel e criem condições adequadas para sua atuação.

1050

Por fim, os resultados e a discussão convergem para a constatação de que o intérprete de Libras desempenha papel essencial no processo de aprendizagem dos alunos surdos, mas sua atuação só alcança efetividade plena quando apoiada por políticas públicas consistentes, formação de qualidade e práticas pedagógicas inclusivas. A inclusão, portanto, não depende apenas do intérprete, mas de um conjunto de ações que envolvem professores, gestores, famílias e a própria comunidade escolar, comprometidos com a construção de uma educação mais democrática e acessível.

## CONCLUSÃO

A análise realizada permitiu compreender que o intérprete de Libras desempenha papel fundamental na efetivação da inclusão escolar de alunos surdos, garantindo-lhes o direito de acesso ao currículo e às interações pedagógicas. Sua atuação não se limita à tradução literal, mas envolve uma mediação linguística e cultural que possibilita ao estudante compreender os conteúdos escolares em sua língua natural, fortalecendo a participação ativa e a aprendizagem.

Assim, o intérprete se configura como elo indispensável entre professores, alunos surdos e colegas ouvintes, assegurando maior equidade no processo educativo.

Outro aspecto relevante evidenciado foi que a atuação do intérprete, por si só, não garante a plena inclusão. Para que o trabalho seja efetivo, é imprescindível a integração entre professor e intérprete, além da adoção de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda. A escola precisa compreender que a presença do intérprete não exime o docente de sua responsabilidade pedagógica, mas complementa o trabalho, tornando-o acessível. Essa parceria é essencial para que o estudante surdo tenha acesso não apenas à informação, mas a uma aprendizagem significativa.

A discussão também evidenciou os desafios enfrentados por esses profissionais, como a sobrecarga de trabalho, a ausência de regulamentação clara de suas funções e a falta de políticas consistentes de formação continuada. Esses fatores impactam diretamente a qualidade da mediação, revelando a urgência de investimentos na valorização profissional dos intérpretes, com condições adequadas de atuação, salários justos e programas formativos que atendam às demandas específicas do contexto educacional.

Foi possível constatar, ainda, que o trabalho do intérprete de Libras contribui para além da aprendizagem acadêmica, atuando também no fortalecimento da identidade e da autoestima dos alunos surdos. Ao garantir acessibilidade linguística, promove-se o reconhecimento da Libras como língua legítima e se favorece a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, democrático e acolhedor. Essa dimensão subjetiva da atuação do intérprete revela seu papel como agente de transformação social, ampliando a participação e a cidadania dos estudantes surdos.

Em síntese, conclui-se que o papel do intérprete de Libras no processo de aprendizagem dos alunos surdos é indispensável, mas deve ser entendido como parte de um conjunto maior de ações voltadas à inclusão. A efetividade desse trabalho depende da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas inclusivas e valorização profissional. Somente com esse conjunto integrado será possível garantir que a escola seja, de fato, um espaço de aprendizagem significativa e de construção de cidadania para todos.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: Presidência da República, 2005.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LACERDA, C. B. F. *O intérprete de Libras em sala de aula: políticas educacionais e práticas pedagógicas*. Cadernos CEDES, Campinas, v. 30, n. 81, p. 141-150, 2009.

LACERDA, C. B. F. *O intérprete educacional: questões de atuação e formação*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 103-120, 2010.

LODI, A. C. B. *Educação bilíngue para surdos e inclusão: paradoxos e perspectivas*. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 63-80, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REILY, L. *Educação bilíngue para surdos: possibilidades e desafios*. São Paulo: Parábola, 2008.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: UFSC, 2008.